



Fundação Hospitalar de Curitibanos

Hospital Hélio Anjos Ortiz

Utilidade Pública Lei nº 2.756 - 25 - 10 - 93

1

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS

Mantenedora do HOSPITAL HÉLIO ANJOS ORTIZ

**RELATÓRIO
DE
ATIVIDADES**

**EXERCÍCIO
31/12/2015**

**Rua Altino Gonçalves de Farias, 1832
Fone: 49 3245-4600**

89.520-000 – CURITIBANOS – SANTA CATARINA



APRESENTAÇÃO

Demonstraremos através deste relatório, a situação e as atividades desenvolvidas por esta entidade, bem como o desempenho ocorrido neste período, onde mesmo com as dificuldades econômicas e financeiras por que passam as instituições desta natureza, e fazendo uma administração austera conseguimos cumprir o fim a que nos propomos de prestar atendimento médico-hospitalar à comunidade local e toda a região de Curitibanos.

A Fundação Hospitalar de Curitibanos, é uma entidade sem fins lucrativos, mantenedora do Hospital Hélio Anjos Ortiz, que desde 1984 vem prestando serviços para toda a região de Curitibanos, onde é conhecido como "Hospital Regional" e diante dessa característica, atende pacientes de diversos municípios da região, sendo que alguns destes municípios, através de suas Prefeituras Municipais, contribuem financeiramente, de acordo com suas possibilidades.

A direção não tem medido esforços para prestar os serviços de saúde em um padrão de qualidade de acordo com os anseios da comunidade. A prova do empenho está nos títulos que esta entidade vem acumulando, senão vejamos:

- a) **UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL – LEI 2.756 DE 25/10/93;**
- b) **INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO SOB Nº 032/2001 EM 17.08.2001;**
- c) **HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA – Título concedido pelo Ministério da Saúde em parceria com a UNICEF em 2001;**
- d) **HOSPITAL ACREDITADO EM CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, em 2001 – Título concedido pela Secretaria de Estado da Saúde;**
- e) **UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL – Portaria nº 988 de 28.08.02;**
- f) **CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – Resolução nº de 30.01.2003, com validade até 13/06/2016.**

A Secretaria de Estado da Saúde teve neste período importância fundamental para que pudéssemos atingir nossos objetivos, através dos repasses de recursos financeiros, viabilizando assim, o pagamento dos vencimentos dos funcionários, sem o qual, esta Instituição hospitalar não teria condições de suportar o seu funcionamento.



Finalmente, destacamos a importante participação dos Funcionários, Médicos e da Comunidade em geral, que sem medir esforços contribuíram para o desempenho ocorrido neste exercício, pois existe uma concepção generalizada de que este Hospital é de todos, assim, o atendimento prestado é feito sem qualquer restrição. E, se o balanço econômico financeiro não foi positivo, o balanço social foi altamente recompensador, na medida em que alcançamos os objetivos principais desta instituição, que é de prestar serviços médicos hospitalares de alta qualidade àqueles que necessitaram deste nosocômio.

A Direção.



ÍNDICE

1. Situação e Atividades Desenvolvidas.....	05
1.1- Situação e Recursos Existentes.....	05
a) Unidades de Internação.....	05
b) Serviços e/ou recursos existentes.....	05
c) Recursos Humanos.....	06
d) Quadro de Pessoal.....	06
1.2- Demonstrativo dos atendimentos prestados.....	07
a) Movimento Mensal Pacientes Internados.....	07
b) Procedência dos Pacientes – Emergência.....	08
c) Movimento mensal de cirurgias.....	08
d) Movimento mensal de cirurgias – porte.....	09
e) Movimento mensal de partos.....	09
f) Movimento mensal de partos – origem dos recursos.....	10
g) Pacientes Internados – Paciente/Dia.....	10
h) Pacientes Internados e Emergência – Paciente/Dia.....	11
i) Atendimentos Prestados.....	12
j) Censo Diário Anual.....	12
2. Situação Econômico-Financeira.....	13
2.1- Demonstrações Financeiras.....	13
a) Balanço Patrimonial.....	13
b) Demonstração do Resultado do Exercício.....	14
c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
d) Demonstração das Mutações do Patrimônio.....	16
e) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	17
d) Notas Explicativas.....	18
2.2- Demonstração das Receitas e Despesas.....	22
2.2.1- Receitas.....	22
a) As receitas e suas origens.....	22
b) Análise das principais contas de receitas.....	24
2.2.2- Custos e Despesas.....	25
a) As despesas e suas aplicações.....	25
b) Análise das principais contas de despesa.....	25
2.2.3- Compromissos a Pagar.....	26
a) Análise das principais obrigações.....	26

**1. SITUAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS****1.1 Situação e Recursos Existentes**

Neste período, a Administração do Hospital Hélio Anjos Ortiz manteve em pleno funcionamento toda sua estrutura, proporcionando atendimento integral e de qualidade a todos aqueles que necessitaram dos serviços de saúde.

As Despesas e Custos Operacionais foram efetuados com rigorosa racionalização, realizando gastos estritamente necessários e indispensáveis a um atendimento condizente.

a) UNIDADES DE INTERNAÇÃO

CLASSE	NÚMERO DE LEITOS
Clínica Pediátrica	08
Clínica Psiquiátrica	20
Maternidade	22
Clinica particular/enfermaria	16
Quartos	16
Neonatologia	05
Clínica SUS Médica	26
Clínica SUS cirurgia	18
UTI adulto	08
UTI Neopediátrica	10
Unidade Intermediária	06
Unidade Canguru	05
S O M A	160

b) SERVIÇOS E/OU RECURSOS EXISTENTES

T I P O	Próprio	Terceiros
- Eletrocardiografia	X	
- Tratamento Dialítico		X
- Tomógrafo		X
- Endoscopia		X
- Farmácia	X	
- Patologia Clínica		X
- Radiologia Clínica	X	
- Radiologia Contrastada	X	
- Ultra-Sonografia	X	X
- Urgência/ Emergência	X	
- Comissão Interna Prevenção Acidentes	X	
- Comissão de Infecção Hospitalar	X	
- Arco Cirúrgico	X	
- Ressonância Magnética		X



c) RECURSOS HUMANOS

CATEGORIA	QUANTIDADE
- Médicos	40
- Radiologista	02
- Fisioterapeuta	03
- Farmacêutico	02
- Assistente social	01
- Enfermeiros	22
- Auxiliar de Enfermagem	13
- Técnico de Enfermagem	204
- Terapeuta Ocupacional	01
- Atendente de enfermagem	01
- Médico do trabalho	01
- Psicóloga	02

d) QUADRO DE PESSOAL

FUNÇÃO	No. de Funcionários
- Superintendente	01
- Diretor Técnico	01
- Gerente Administrativo	01
- Médico coordenador técnico de UTI	01
- Médico coordenador materno infantil	01
- Médico coordenador centro obstétrico	01
- Gerente Financeiro	01
- Farmacêutica	02
- Nutricionista	01
- Médico do trabalho	01
- Psicóloga	02
- Terapeuta Ocupacional	01
- Gerente em Informática	01
- Gerente de compras	01
- Auxiliar Administrativo	59
- Enfermeiro	22
- Técnico de Enfermagem	204
- Técnico Administrativo	05
- Auxiliar de Enfermagem	13
- Atendente de Enfermagem	01
- Técnico em Radiologia	05



-Tecnólogo em Radiologia	01
-Técnico de Informática	02
- Cozinheira	06
- Auxiliar de Cozinha	01
- Costureira	02
- Manutenção	09
- Caldeireiro	04
- Telefonista	04
- Auxiliar de Serviços Gerais	77
- Engenheiro Elétrico	01
- Fisioterapeuta	03
- Assistente Social	01
- Faturista	05
- Técnico de segurança no trabalho	01
- Técnico em Eletrotécnica	01
Total	443

1.2 DEMONSTRATIVO DOS ATENDIMENTOS PRESTADOS

a) MOVIMENTO MENSAL DE PROCEDÊNCIA DOS PACIENTES - Internados

MÊS	CURITIBANOS	OUTROS MUNICIPIOS	OUTROS ESTADOS	OUTRO PAÍS	SOMA
JAN/15	310	234	3	.	547
FEV/15	275	211	3	.	489
MAR/15	326	308	7	.	641
ABR/15	367	237	3	.	607
MAI/15	357	231	9	.	597
JUN/15	350	246	2	.	598
JUL/15	329	266	7	.	602
AGO/15	343	251	.	.	594
SET/15	326	225	2	.	553
OUT/15	297	246	5	.	548
NOV/15	341	264	.	.	605
DEZ/15	298	238	4	.	540
TOTAL	3.919	2.957	45	0	6.921
EMPERCENTUAL	56,62%	42,73%	0,65%	0	100,00%

**b) MOVIMENTO MENSAL DE PROCEDÊNCIA DOS PACIENTES - Emergência**

MÊS	CURITIBANOS	OUTROS MUNICÍPIOS	OUTROS ESTADOS	OUTRO PAÍS	SOMA
JANEIRO	1.883	602	33	-	2.518
FEVEREIRO	1.752	464	17	-	2.233
MARÇO	2.163	635	27	-	2.825
ABRIL	1.938	526	23	-	2.487
MAIO	1.857	468	31	-	2.356
JUNHO	1.644	456	23	-	2.123
JULHO	1.718	539	23	-	2.280
AGOSTO	1.960	553	20	-	2.533
SETEMBRO	1.950	271	28	-	2.249
OUTUBRO	2.003	118	31	-	2.152
NOVEMBRO	2.099	517	18	-	2.634
DEZEMBRO	2.209	719	32	-	2.960
TOTAL	23.176	5.868	306	-	29.350
EM PERCENTUAL	78,96%	19,99%	1,05%	-	100%

c) MOVIMENTO MENSAL DE CIRURGIAS

MÊS	SUS	PARTICULARES	CONVÊNIOS	SOMA
JANEIRO	128	31	18	177
FEVEREIRO	133	25	19	177
MARÇO	160	37	30	227
ABRIL	171	35	25	231
MAIO	156	25	32	213
JUNHO	157	38	31	226
JULHO	174	41	26	241
AGOSTO	168	40	35	243
SETEMBRO	101	60	44	205
OUTUBRO	108	61	48	217
NOVEMBRO	126	73	57	256
DEZEMBRO	112	67	60	239
TOTAL	1.694	533	425	2.652
EM PERCENTUAL	63,88%	20,10%	16,02%	100%

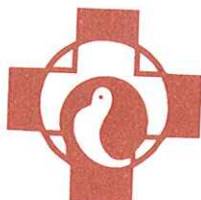


d) MOVIMENTO MENSAL DE CIRURGIA – PORTE

MÊS	SUS			PARTICULARES			CONVÊNIOS			SOMA			TOTAL
ANO	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G	GERAL
JAN	49	29	50	16	7	8	11	3	4	76	39	62	177
FEV	63	32	38	11	9	5	12	5	2	86	46	45	177
MAR	77	44	39	19	9	9	18	7	5	114	60	53	227
ABR	72	50	49	15	14	6	11	10	4	98	74	59	231
MAI	68	58	30	10	9	6	20	8	4	98	75	40	213
JUN	66	63	28	20	5	13	17	8	6	103	76	47	226
JUL	74	69	31	20	11	10	15	6	5	109	86	46	241
AGO	76	66	26	17	13	10	20	8	7	113	87	43	243
SET	78	54	32	13	3	8	10	3	4	101	60	44	205
OUT	74	43	31	11	11	13	15	7	4	108	61	48	217
NOV	91	54	43	17	6	4	18	13	10	126	73	57	256
DEZ	77	56	46	23	5	6	12	6	26	112	67	60	239
TOTAL	865	618	443	192	102	98	179	84	81	1.244	804	604	2.652

e) MOVIMENTO MENSAL DE PARTOS

MÊS	P.NORMAL	P. cesáreas	SOMA
JANEIRO	51	61	112
FEVEREIRO	42	45	87
MARÇO	57	54	111
ABRIL	58	62	120
MAIO	50	41	91
JUNHO	46	47	93
JULHO	50	46	96
AGOSTO	55	41	96
SETEMBRO	44	59	103
OUTUBRO	60	48	108
NOVEMBRO	46	57	103
DEZEMBRO	36	60	96
TOTAL	595	621	1.216
EM PORCENTAGEM	48,93%	51,07%	100%



f) MOVIMENTO MENSAL DE PARTOS – ORIGEM DOS RECURSOS

MÊS ANO	NORMAL			CESAREA			SOMA			TOTAL	NATI MORTO
	SUS	CON	PART	SUS	CON	PART	SUS	CON	PART		
2015											
JAN	51	-	.	49	8	4	100	8	4	112	0
FEV	40	2	.	39	2	4	79	4	4	87	1
MAR	53	3	1	41	3	10	94	6	11	111	2
ABR	58	1	3	47	4	7	105	5	10	120	1
MAI	48	2	-	32	4	5	80	6	5	91	0
JUN	42	1	3	29	6	12	71	7	15	93	0
JUL	47	2	1	31	4	11	78	6	12	96	1
AGO	53	1	1	25	6	10	78	7	11	96	1
SET	57	1	1	32	3	9	89	4	10	103	4
OUT	59	1	-	31	4	13	90	5	13	108	3
NOV	45	1	-	42	10	5	87	11	5	103	2
DEZ	34	1	1	45	8	7	79	9	8	96	2
TOTAL	587	16	11	443	62	97	1.030	78	108	1.216	17

g) PACIENTES INTERNADOS – Paciente/Dia

MÊS	SUS	PARTICULAR	GEAP	SC SAÚDE	CASSI	saúde caixa	UNIMED	Saúde Brad.	Postal Saúde	TOTAL
JAN/15	2.408	120	.	41	.	3	108	.	.	2.680
FEV/15	2.133	112	.	65	.	13	154	.	.	2.477
MAR/15	2.695	114	.	60	.	6	158	.	5	3.038
ABR/15	2.434	148	2	92	.	.	138	.	2	2.816
MAI/15	2.752	129	4	78	.	.	159	5	4	3.131
JUN/15	2.511	142	.	32	.	.	116	11	.	2.812
JUL/15	2.694	158	3	44	.	.	129	.	.	3.028
AGO/15	2.732	165	2	67	.	.	144	2	.	3.112
SET/15	2.643	112	.	52	.	.	85	.	7	2.899
OUT/15	2.444	141	.	49	.	.	130	.	.	2.764
NOV/15	2.588	108	.	60	.	.	127	.	3	2.886
DEZ/15	2.260	127	.	52	.	.	161	.	.	2.600
TOTAL	30.294	1.576	11	692	.	22	1.609	18	21	34.243

Obs.: Os atendimentos pelo SUS, por internações realizadas, medidas por pacientes/dia totalizaram 88,47%, em relação ao total das internações realizadas.



h) PACIENTE DIA – (censo anual)

2015	SUS	CONV	PART	TOTAL	CENSO DIÁRIO				
					SUS	SUS S/AIH	CONV	PART	TOTAL
MÊS	EMERG	EMERG	EMERG	EMERG	INTERN	INTERN	INTERN	INTERN	INTERN
JAN	2360	151	7	2518	2408		152	120	2680
FEV	2095	127	11	2233	2133		232	112	2477
MAR	2622	185	18	2825	2695		229	114	3038
ABR	2298	181	7	2486	2434		234	148	2816
MAI	2154	193	9	2356	2752		250	129	3131
JUN	1953	155	15	2123	2511		159	142	2812
JUL	2105	162	13	2280	2694		176	158	3028
AGO	2350	170	13	2533	2732		215	165	3112
SET	2298	196	15	2509	2643		144	112	2899
OUT	2438	187	9	2634	2444		179	141	2764
NOV	2530	210	12	2752	2588		190	108	2886
DEZ	2695	241	24	2960	2260		213	127	2600
TOTAL	27898	2158	153	30209	30294		2373	1576	34243

Observações:

1. O percentual geral de serviços prestados ao SUS, em 2015, foi de 88,47%.



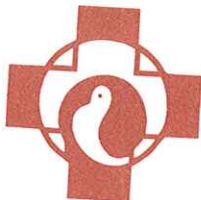
i) ATENDIMENTOS PRESTADO

**ATENDIMENTOS PRESTADOS
ANUAL 2.015**

	SUS	CONV.	PART.	TOTAL	SUS	CONV.	PART.	TOTAL
MÊS	EMERGÊNCIA	EMERGÊNCIA	EMERGÊNCIA	EMERGÊNCIA	INTERN.	INTERN.	INTER.	INTERN.
JANEIRO	2.360	151	7	2.518	461	42	44	547
FEVEREIRO	2.095	127	11	2.233	397	52	40	489
MARÇO	2.622	185	18	2.825	535	58	48	641
ABRIL	2.298	181	7	2.486	492	68	47	607
MAIO	2.154	193	9	2.356	493	63	41	597
JUNHO	1.953	155	15	2.123	491	49	58	598
JULHO	2.105	162	13	2.280	497	49	56	602
AGOSTO	2.350	170	13	2.533	482	63	49	594
SETEMBRO	2.298	196	15	2.509	475	41	37	553
OUTUBRO	2438	187	9	2.634	443	55	50	548
NOVEMBRO	2.530	210	12	2.752	508	54	43	605
DEZEMBRO	2.695	241	24	2.960	431	53	56	540
TOTAL	27.898	2158	153	30.209	5705	647	569	6.921

j) CENSO DIÁRIO ANUAL

MÊS	Ala Vip	Médica/Cirúrgica	Maternidade	Neonatal	Pediatria	Psiquiatria	Uti Adulto	UIT NEO	TOTAL
JAN/15	221	982	323	140	92	428	198	296	2680
FEV/15	230	882	273	197	62	381	200	252	2477
MAR/15	250	1025	331	226	119	567	224	296	3038
ABR/15	295	938	333	211	74	479	197	289	2816
MAI/15	267	978	266	343	178	543	239	317	3131
JUN/15	203	1076	282	195	188	391	213	264	2812
JUL/15	251	1066	325	229	148	482	235	292	3028
AGO/15	316	990	293	334	137	521	221	300	3112
SET/15	209	929	327	214	179	559	211	271	2899
OUT/15	202	875	350	196	150	463	230	298	2764
NOV/15	251	979	291	233	170	463	204	295	2886
DEZ/15	234	813	279	316	95	387	176	300	2600
TOTAL	2.929	11.533	3.673	2.834	1.592	5.664	2.548	3.470	34.243



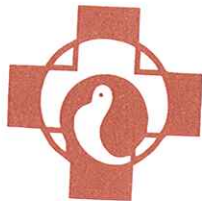
2. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.1 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) BALANÇO PATRIMONIAL - 31/12/2015

1. ATIVO		31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE	(=)	10.839.791,56	6.996.879,35
DISPONÍVEL	(=)	9.277.003,15	5.235.887,20
Caixa Geral		3.967.759,25	3.524.089,55
Bancos Conta Movimento		2.612,05	2.691,20
Aplicações Financeiras		275.801,86	1.129.718,48
CRÉDITOS		3.689.345,34	2.391.679,87
Contas a Receber		4.906.678,92	3.715.656,45
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa		1.058.484,12	944.617,14
Outros Créditos		(17.760,96)	(27.777,92)
Aplicações Financeiras Vinculadas		349.842,74	361.112,44
Estoques		3.516.113,02	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	(=)	402.564,98	433.845,99
ATIVO REALIZAVEL A L PRAZO	(=)	1.562.788,41	1.714.967,23
Aplicações Financeiras		49.005,78	0,00
IMOBILIZADO	(=)	49.005,78	0,00
Máquinas e Equipamentos		1.513.782,63	1.714.967,23
Móveis e Utensílios		851.848,76	1.509.315,74
Equipamentos de Informática		399.218,98	606.478,24
Veículos		267.613,43	227.756,77
Aparelhos de medicina e Cirurgia		66.985,13	66.985,13
Edificações		1.977.911,68	1.112.851,67
(-) Depreciação Acumulada		7.800,00	7.800,00
		(2.057.595,37)	(1.816.220,32)

2. PASSIVO	31.12.2015	31.12.2014
PASSIVO CIRCULANTE	10.839.791,56	6.996.879,35
Fornecedores	3.973.087,01	3.629.071,29
Obrigações Fiscais	421.652,24	388.858,77
Obrigações Sociais e Trabalhistas	81.480,45	51.521,73
Obrigações Diversas	2.554.962,68	2.874.972,96
Obrigações Financeiras	218.217,60	99.390,58
Parcelamentos Impostos e Contribuições	0,00	38.520,81
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	696.774,04	175.806,44
Fornecedores - CASAN/CELESC	36.918.607,43	34.471.101,81
Parcelamento FGTS/IRPF/INSS	5.312.369,18	5.311.615,02
Provisão Passivo Contingente - INSS patronal	16.380.913,98	16.957.390,62
Receitas Diferidas	11.740.074,27	12.202.096,17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.485.250,00	0,00
Patrimônio Social	(30.051.902,88)	(31.103.293,75)
Superávit (déficit) do Exercício	(31.103.293,75)	(33.155.892,03)
	1.051.390,87	2.052.598,28



b) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – 31.12.2015

	31.12.2015	31.12.2014
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
1.1 Receitas Hospitalares SUS	24.172.742,57	25.333.291,08
1.2 Receitas Hospitalares não SUS	7.531.112,87	6.480.930,92
1.3 Receitas de Diagnósticos e Imagem	2.621.316,15	2.353.451,65
1.4 Contratos e Subvenções	424.648,47	396.816,35
1.5 Rendimentos Financeiros	13.370.655,90	15.942.733,61
1.6 Outras Recursos Recebidos	111.922,88	(1.662.838,48)
	245.537,34	237.370,64
2. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	24.508.261,78	20.221.510,65
2.1 Encargos sociais e Trabalhistas	11.857.484,99	10.704.152,92
2.2 Materiais e Similares	12.302.060,83	9.122.941,99
2.3 Outros Custos	15.347,01	77.751,88
2.4 Depreciação e Amortização	333.368,95	316.663,86
3. RESULTADO BRUTO	(203.068,17)	3.526.954,04
4. DESPESAS OPERACIONAIS	1.938.854,13	1.792.207,76
4.1 Despesas Administrativas	1.938.854,13	1.792.207,76
5. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.193.313,17	317.852,00
5.1 Receitas com Aluguéis	268.922,71	207.669,94
5.2 Indenizações Recebidas	0,00	32.245,43
5.3 Indenizações Pagas	(266.150,00)	0,00
5.4 Recuperação de Despesas	99.951,09	(16.737,48)
5.5 Ganhos de Causas Jurídicas	3.090.589,37	0,00
5.6 Redução Juros e Multas Refis	0,00	94.674,11
7. SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) DO PERÍODO	1.051.390,87	2.052.598,28



c) **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA -31.12.2015**

1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2015	31/12/2014
Superávit do exercício	1.051.390,87	2.052.598,28
Ajustes do superávit	241.375,03	316.663,86
Depreciação	241.375,03	316.663,86
Total do superávit com ajustes	1.292.765,90	2.369.262,14
Variações Operacionais	(808.905,77)	(445.152,27)
Aumento das contas de créditos a receber	(3.628.727,26)	(293.741,94)
Aumento dos estoques	31.281,01	(115.836,92)
Aumento Realizável em Longo Prazo	(2.980,86)	(46.024,92)
Redução de passivos circulantes	344.015,72	(1.145.309,62)
Aumento do passivo não circulante	2.447.505,62	1.155.761,13
Caixa líquido das atividades operacionais	483.860,13	1.924.109,87
2. Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(40.190,43)	(369.054,35)
Compra de ativo imobilizado	(40.190,43)	(369.054,35)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ajustes no Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Caixa líquido das atividades de investimentos	0,00	0,00
4. Aumento do caixa e equivalentes de caixa	443.669,70	1.555.055,52
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.524.089,55	1.969.034,03
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.967.759,25	3.524.089,55
Variação das contas caixa equivalentes	443.669,70	1.555.055,52



d) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2015

Mutações do exercício de 2010	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2010	(38.322.935,62)	(1.389.032,25)	(39.711.967,87)
Mutações em 2011			
Incorporação déficit de 2010	(1.389.032,25)	1.389.032,25	0,00
Ajuste imobilizado	(275.060,70)	0,00	(275.060,70)
Superávit de 2011	0,00	3.610.583,66	3.610.583,66
Saldo em 31/12/2011	(39.987.028,57)	3.610.583,66	(36.376.444,91)
Mutações em 2012			
Incorporação superávit de 2011	3.610.583,66	(3.610.583,66)	0,00
Incorporação superávit de 2012	0,00	701.255,48	701.255,48
Ajuste imobilizado	(4.256,58)	0,00	(4.256,58)
Saldo em 31/12/2012	(36.380.701,49)	701.255,48	(35.679.446,01)
Mutações em 2013			
Incorporação superávit de 2012	701.255,48	(701.255,48)	0,00
Superávit de 2013	0,00	2.523.553,98	2.523.553,98
Saldo em 31/12/2013	(35.679.446,01)	2.523.553,98	(33.155.892,03)
Mutações em 2014			
Incorporação superávit de 2013	2.523.553,98	(2.523.553,98)	0,00
Superávit de 2014	0,00	2.052.598,28	2.052.598,28
Saldo em 31/12/2014	(33.155.892,03)	2.052.598,28	(31.103.293,75)
Mutações em 2015			
Incorporação do Superávit 2014	2.052.598,28	(2.052.598,28)	0,00
Superávit 2015	0,00	1.051.390,87	1.051.390,87
Saldo em 31/12/2015	(31.103.293,75)	1.051.390,87	(30.051.902,88)



e) DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

DESCRIÇÃO/PERÍODOS	31/12/2015	31/12/2014
1. ORIGENS DOS RECURSOS	3.740.271,52	3.525.023,27
Superávit/Déficit do período	1.051.390,87	2.052.598,28
Aumento no passivo não circulante	2.447.505,62	1.155.761,13
Depreciação	241.375,03	316.663,86
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	(43.171,29)	(415.079,27)
Aumento de bens do ativo imobilizado	(40.190,43)	(369.054,35)
Aumento do ativo realizável em longo prazo	(2.980,96)	(46.024,92)
Diminuição do passivo não circulante	0,00	0,00
3. AUMENTO OU DIMINUIÇÃO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO(1-2)	3.967.100,23	3.109.944,00
4. VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (4.1 - 4.2)	3.967.100,23	3.109.944,00
4.1. Capital circulante inicial	1.606.815,91	(1.503.128,09)
Ativo circulante inicial	5.235.887,20	3.271.252,82
(-) Passivo circulante inicial	3.629.071,29	4.774.380,91
4.2. Capital circulante final	5.303.916,14	1.606.815,91
Ativo circulante final	9.277.003,15	5.235.887,20
(-) Passivo circulante final	3.973.087,01	3.629.071,29



NOTAS EXPLICATIVAS - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS (FHC) é pessoa jurídica de direito privado, de natureza assistencial e de saúde, registrada em 30/10/1992 e sua finalidade é realizar ações na área de assistência à saúde.

A Fundação Hospitalar de Curitiba tem por finalidade:

- I – Executar políticas de saúde na área médico-hospitalar;
 - II – Organizar e operar uma rede médico-hospitalar;
 - III – Colaborar com o poder público na defesa da saúde e da assistência médica e social;
 - IV – Celebrar convênios, contratos, acordos e outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais;
 - V – Realizar programas educacionais, de estágio, de treinamento, conceder bolsas, prêmios ou ajudas de custo;
 - VI – Promover cursos, estudos, simpósios, congressos e a edição de publicações técnicas e científicas;
 - VII – Criar, manter ou administrar unidades de apoio e/ou produção de recursos técnico-científico-operacionais que forem essenciais ao cumprimento das suas finalidades;
 - VIII – Desenvolver programas de promoção comunitária, apoiando a implementação de projetos voltados ao aprimoramento técnico-profissional de pessoas da comunidade;
 - IX – Constituir parcerias com entidades públicas ou privadas de objetivos afins, voltadas ao desenvolvimento de projetos que visem o alcance das finalidades institucionais, podendo, para tanto, administrar unidades e/ou gerenciar atividades, instituir ou participar de composição de novas pessoas jurídicas, desde que autorizada pelo órgão competente do Ministério Público
- § 1º No desenvolvimento das suas atividades, a fundação adotará práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das suas atividades.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com os pressupostos previstos na lei 11.941/2009 quanto à forma de apresentação e de acordo com a resolução 1.409/12 – ITG 2002 do CFC, observadas as diretrizes das entidades filantrópicas.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) As receitas e despesas foram contabilizadas pelo regime de competência e todas estão vinculadas ao atendimento das atividades da entidade;



- b) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescidas dos rendimentos correspondentes apropriados até a data do balanço;
- c) As doações recebidas de empresas particulares (PJ) representam o valor de R\$ 20.528,16;
- d) As receitas de auxílio de contratos e subvenções recebidas de órgãos públicos totalizam o montante de R\$ 13.350.127,74, representado pelas seguintes entidades:

Entidades	31/12/2015	31/12/2014
Convênio PM Monte Carlo	82.500,00	82.500,00
Convênio PM Frei Rogério	90.000,00	97.000,00
Convênio PM Brunópolis	90.000,00	90.000,00
Convênio PM Santa Cecília	15.000,00	52.500,00
Convênio PM Curitiba	420.000,00	420.000,00
Convênio PM Ponte Alta do Norte	88.850,00	97.076,65
Convênio PM Lebon Regis	82.500,00	89.500,00
Convênio PM São Cristóvão	90.000,00	150.600,00
Convênio PM Timbó Grande	36.750,00	89.500,00
Subvenções Estaduais	9.109.756,65	14.730.621,52
Incentivos Federais	3.244.771,09	0,00
Total	13.350.127,74	15.899.298,17

- e) Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais;
- f) Os estoques constantes do balanço patrimonial no valor de R\$ 402.564,98, referem-se às suas atividades hospitalares para atendimento exclusivo de seus pacientes. Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não superam o valor de mercado;
- g) A depreciação dos bens do ativo imobilizado foi calculada pelo método linear as taxas usuais permitidas pela legislação fiscal num total de R\$ 2.057.595,35 dos bens adquiridos a partir do exercício de 2003.

NOTA 04 – FINS FILANTRÓPICOS

a) Atendimento Pacientes SUS

De acordo com a Ordem de Serviço nº 210, de 26/05/1999 uma entidade beneficente de assistência social trata-se de pessoa jurídica que promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência, mediante concessão de benefícios e serviços na área de atuação da Seguridade Social. Classifica ainda que um dos requisitos para classificar a entidade como “assistência social gratuita”, alocação efetiva de pelo menos 60% dos seus serviços ao SUS.



Através da portaria 1.970/2011 é determinado o modo de cálculo do percentual mínimo a ser atendido pela entidade: apuração por cálculo percentual simples com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS.

Durante o ano de 2015, a Fundação Hospitalar de Curitiba atendeu a 64.452 pacientes/dia. Destes, 58.192 correspondiam a atendimentos de pacientes do SUS, ou 90,29% do total.

Nos atendimentos ambulatoriais, o percentual foi de 92,35%. Nos internamentos, o percentual foi de 88,47%.

MÊS	SUS EMERGÊNCIA	CONVÊNIOS EMERGÊNCIA	PARTICULARES EMERGÊNCIA	TOTAL EMERGÊNCIA	SUS INTERN.	CONV. INTERN.	PART. INTER.	TOTAL INTERN.
01/2015	2360	151	7	2518	2408	152	120	2680
02/2015	2095	127	11	2233	2133	232	112	2477
03/2015	2622	185	18	2825	2695	229	114	3038
04/2015	2298	181	7	2486	2434	234	148	2816
05/2015	2154	193	9	2356	2752	250	129	3131
06/2015	1953	155	15	2123	2511	159	142	2812
07/2015	2105	162	13	2280	2694	176	158	3028
08/2015	2350	170	13	2533	2732	215	165	3112
09/2015	2298	196	15	2509	2643	144	112	2899
10/2015	2438	187	9	2634	2444	179	141	2764
11/2015	2530	210	12	2752	2588	190	108	2886
12/2015	2695	241	24	2960	2260	213	127	2600
TOTAL	27898	2158	153	30209	30294	2373	1576	34243
%	92,35%	7,14%	0,51%	100,00%	88,47%	6,93%	4,60%	100,00%
PERCENTUAL TOTAL SUS	90,29%							

Destaca-se que a entidade não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimento estabelecidas na legislação do próprio SUS, e em especial aos procedimentos de maior complexidade buscados pela população.

b) Isenções em função da filantropia

De acordo com o artigo 29 da Lei nº 12.101/2009, a entidade beneficente certificada e devidamente enquadrada nos requisitos instituídos, faz jus à isenção do pagamento das contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/1991, ou seja, INSS patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

Atendendo aos preceitos da ITG 2002 a entidade apura as contribuições como se devidas fossem e anula-as, através de conta redutora a fim de não interferir nas demonstrações contábeis.

Em 2015, a entidade teria as seguintes obrigações adicionais caso não usufrísse da isenção em função da filantropia:

INSS Patronal	PIS
3.142.376,06	115.169,25



NOTA 05 – DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (DOAR)

Demonstramos abaixo a DOAR, apesar de extinta pela lei nº 11.638/2007, ainda é utilizada por alguns usuários:

DESCRIÇÃO/PERÍODOS	31/12/2015	31/12/2014
1. ORIGENS DOS RECURSOS		
Superávit/Déficit do período	3.740.271,52	3.525.023,27
Aumento no passivo não circulante	1.051.390,87	2.052.598,28
Depreciação	2.447.505,62	1.155.761,13
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Aumento de bens do ativo imobilizado	241.375,03	316.663,86
Aumento do ativo realizável em longo prazo	(43.171,29)	(415.079,27)
Diminuição do passivo não circulante	(40.190,43)	(369.054,35)
3. AUMENTO OU DIMINUIÇÃO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO(1-2)	(2.980,86)	(46.024,92)
4. VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (4.1 - 4.2)	0,00	0,00
4.1. Capital circulante inicial	3.697.100,23	3.109.944,00
Ativo circulante inicial	3.697.100,23	3.109.944,00
(-) Passivo circulante inicial	1.606.815,91	(1.503.128,09)
4.2. Capital circulante final	5.235.887,20	3.271.252,82
Ativo circulante final	3.629.071,29	4.774.380,91
(-) Passivo circulante final	5.303.916,14	1.606.815,91
	9.277.003,15	5.235.887,20
	3.973.087,01	3.629.071,29

NOTA 06 – Fornecedores (Passivo não circulante)

A Fundação mantém como saldo de fornecedores a pagar no passivo não circulante, obrigações junto a CASAN e CELESC no valor nominal de R\$ 5.312.369,18. Há negociação em curso para que o Estado assuma a dívida da Fundação com aquelas empresas através de subvenções.

NOTA 07 – INSS Patronal

A Entidade mantém classificado do passivo não circulante o valor de R\$ 11.740.074,27, referente INSS cota patronal notificado pela Receita Federal relativo a período não coberto por certificado de filantropia, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente com favoráveis perspectivas de anulação do débito.

NOTA 08 – Mudança de prática contábil

Conforme nota 07 a Entidade foi notificada sobre recolhimentos considerados devidos pela RFB sob o argumento de não estarem satisfeitas as condições previstas pelas normas da "filantropia". Tempestivamente os assessores jurídicos protocolaram defesa, de forma que o tema está sendo tratado nos tribunais sem trânsito em julgado.

Até 31/12/2010 a Entidade reconhecia contabilmente sobre o saldo a variação da SELIC, a partir de 2011 foi revisto a prática contábil sobre o tema. Há evidências que o litígio deva ser classificado como REMOTA a condição de exigibilidade.

**2.2 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS****2.2.1 - RECEITAS****a) AS RECEITAS E SUAS ORIGENS**

1. RECEITA BRUTA	(=)	27.764.656,78
1.1 RECEITAS HOSPITALARES SUS	(=)	7.531.112,87
SUS Procedimentos Clínicos	(+)	2.064.243,95
SUS Procedimentos Cirúrgicos	(+)	1.360.038,55
SUS Banco do Sangue	(+)	28.674,10
SUS Radiologia	(+)	147.282,84
SUS Tomografia	(+)	174.388,80
SUS Ultrassonografia	(+)	58.757,36
SUS Laboratório	(+)	37.694,04
SUS Medicamentos	(+)	61.394,76
SUS Opme – Órteses Próteses	(+)	93.182,88
SUS Diárias	(+)	3.066.102,56
SUS Incentivos	(+)	29.000,00
SUS Ajuste Pactuação a menor	(-)	131.168,60
SUS Ajuste Pactuação a maior	(+)	541.521,63
1.2 RECEITAS HOSPITALARES NÃO SUS	(=)	2.621.316,15
Curativos	(+)	945,33
Diárias	(+)	896.791,55
Medicamentos	(+)	582.856,97
Opme – órteses e próteses	(+)	89.594,41
Materiais Hospitalares	(+)	460.372,10
Gasoterapia	(+)	41.552,47
Dietas Industrializadas – Suprimentos	(+)	56.973,96
Procedimentos Clínicos/Cirúrgicos	(+)	69.347,15
Taxas de Sala	(+)	195.609,76
Taxas Administrativas	(+)	39.283,71
Outras Receitas	(+)	187.988,74
1.3. RECEITAS DE DIAGNOSTICOS E IMAGEM	(=)	424.648,47
Banco de Sangue	(+)	7.969,29
Radiologia	(+)	340.961,32
Tomografia	(+)	421,71
Ultrassonografia	(+)	3.892,05
Laboratórios	(+)	71.404,10
1.4. CONTRATOS E SUBVENÇÕES	(=)	13.350.127,74
Convênio Prefeitura de Frei Rogério	(+)	90.000,00
Convênio Prefeitura de Brunópolis	(+)	90.000,00
Convênio Prefeitura de Monte Carlo	(+)	82.500,00
Convênio Prefeitura de São Cristóvão do Sul	(+)	90.000,00



Fundação Hospitalar de Curitiba
Hospital Hélio Anjos Ortiz

Utilidade Pública Lei nº 2.756 - 25 - 10 - 93

23

Convênio Prefeitura de Curitiba	(+)	420.000,00
Convênio Prefeitura de Ponte Alta do Norte	(+)	88.850,00
Convênio Prefeitura de Lebon Regis	(+)	82.500,00
Convenio Prefeitura de Timbó Grande	(+)	36.750,00
Convenio Prefeitura de Santa Cecília	(+)	15.000,00
Subvenção Estadual	(+)	9.109.756,65
Incentivo Pactuação Rede Cegonha	(+)	773.963,52
Incentivo Captação Delib/Ses 335/Cib/12	(+)	14.477,10
Incentivo Pactuação Rede de Atenção às Urg.	(+)	1.873.963,52
Incentivo Federal Portaria 543	(+)	582.366,95
1.5 OUTRAS RECEITAS	(=)	245.537,34
Outras Receitas Hospitalares	(+)	5.615,70
Receita de Utilização de Telefones	(+)	523,07
Exames Laboratoriais	(+)	18.368,70
Consultas Médicas	(+)	703,43
Receitas de Refeições	(+)	14.857,62
Ajuste de Depreciação	(+)	87.652,10
Receitas Diversas	(+)	66.184,37
Telemedicina – Ministério da saúde	(+)	23.854,43
Reversão de Provisões	(+)	27.777,92
2. RECEITAS FINANCEIRAS	(=)	111.922,88
Rendas de Aplicações Financeiras	(+)	141.979,95
Descontos obtidos	(+)	775,53
Juros recebidos	(+)	885,33
(-) Despesas Financeiras	(-)	31.717,93
3. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	(=)	3.479.991,33
Receitas com Aluguéis	(+)	268.922,71
Doações	(+)	20.528,16
Receitas c/processos Jurídicos	(+)	3.090.589,37
Recuperação de Despesas	(+)	99.951,09

**b) ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS DE RECEITAS**

Receitas	31/12/2015	
	Valor R\$.	Percentual
Receitas Hospitalares SUS	7.531.112,87	27,12%
Receitas Hospitalares não SUS	2.621.316,15	9,44%
Receitas de Diagnósticos e Imagem	424.648,47	1,52%
Contratos e Subvenções	13.350.127,74	48,11%
Resultado Financeiro	111.922,88	0,40%
Outras Receitas	3.725.528,67	13,41%
TOTAL	27.764.656,78	100,00%

A Receita Bruta, neste período foi de R\$. 27.764.656,78(Vinte e sete milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos).

O Sistema Único de Saúde SUS, principal tomador de serviços do Hospital, que representou 88,47% dos internamentos e atendimentos prestados, neste exercício, repassou a importância de R\$. 6.736.865,57(Seis milhões, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos-) representaram 24,26% da receita bruta do período.

A Secretaria de Estado da Saúde repassou no período, em forma de subvenção, a importância de R\$. 9.109.756,65(nove milhões, cento e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), que representaram 32,81% da receita bruta do período.

**2.2.2 - CUSTOS E DESPESAS****a) AS DESPESAS E SUAS APLICAÇÕES**

		31/12/2015
2.CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(=)	26.713.265,91
2.1 – Encargos Sociais e Trabalhistas	(-)	11.857.484,99
2.2 – Materiais e Similares	(-)	12.302.060,83
2.3 – Depreciação e Amortização	(-)	333.368,95
2.4 – Outros Custos	(-)	15.347,01
2.5 – Despesas Operacionais	(-)	1.938.854,13
2.6 – Indenizações Pagas	(-)	266.150,00

b) ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS DE DESPESAS

	31/12/2015	
D e s p e s a s	Valor R\$.	Percentual
Salários e Encargos	11.857.484,99	44,38%
Materiais e Similares	12.302.060,83	46,07%
Despesas Operacionais	1.938.854,13	7,25%
Outros Custos e Despesas	614.865,96	2,30%
TOTAL	26.713.265,91	100,00%

Os Custos e Despesas Operacionais do período totalizaram a importância de R\$. 26.713.265,91 (vinte e seis milhões, setecentos e treze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos).

- As Despesas com Pessoal totalizaram no período a importância de R\$. 11.857.484,99 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove centavos), que representaram 44,38% dos custos e despesas realizadas no período. Tal percentual se justifica levando em consideração que o Hospital teve funcionamento ininterrupto durante as vinte e quatro horas diárias, para o perfeito atendimento aos pacientes internados e aos casos de emergência.

**2.2.3 - COMPROMISSOS A PAGAR**

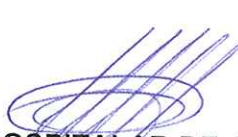
O Total da dívida do hospital foi, em 31.12.2015, de R\$. 37.406.444,44 (Trinta e sete milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) distribuídos da seguinte forma:

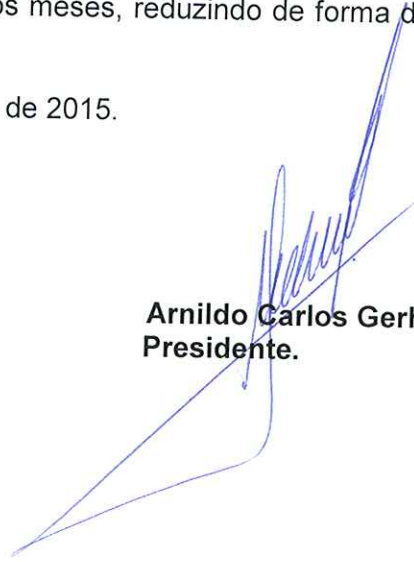
ORIGEM	31/12/2015		31/12/2014	
	VALOR EM R\$	%	VALOR EM R\$	%
Fornecedores	421.652,24	1,12	388.858,77	1,02%
Casan	135.687,47	0,36	135.687,47	0,36%
Celesc S/A	5.176.681,71	13,83	5.175.927,55	13,59%
INSS/PIS/IRRF/FGTS	5.249.298,71	14,03	12.794.057,24	33,58%
INSS PATRONAL	11.740.074,27	31,39	17.820.824,54	46,77%
Moratória	12.662.238,33	33,87	0,00	
Salários a pagar	722.575,10	1,93	639.975,55	1,68%
Obrigações Financeiras	33.687,26	0,09	38.520,81	0,10%
Outras Obrigações	1.245.799,35	3,33	1.090.734,17	2,86%
Indenizações Trabalhistas	18.750,00	0,05	15.587,00	0,04%
TOTAL	37.406.444,44	100,00	38.100.173,10	100,00

a) ANÁLISE DAS PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES

- Verificamos no quadro acima que os débitos descritos como "moratória" e "INSS Patronal", representam 65,26% das obrigações da Fundação Hospitalar, e que estes débitos deverão extintos nos próximos meses, reduzindo de forma drástica o endividamento da Fundação.

Curitiba, 31 de dezembro de 2015.


FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CURITIBANOS
Marcelo Antonio Pasolini
Superintendente.


Arnildo Carlos Gerhardt
Presidente.


Edson Tadeu Brocardo
Contador CRC/SC. 013709/O-9